

# Política ativa

Os desafios do mercado de trabalho acentuados com a pandemia levarão o Estado brasileiro a enfrentar dois pontos vulneráveis em suas políticas para o setor, avalia Vinicius Botelho, pesquisador associado do FGV IBRE, ex-secretário nacional nos ministérios de Desenvolvimento Social e da Cidadania.

O primeiro deles é o de, mesmo contando com uma miríade de possibilidades de formalização, como a de contribuintes facultativos de baixa renda e os microempreendedores individuais (MEIs), o sistema ainda deixar descoberta uma grande quantidade de informais. “Nossa institucionalidade se organizou para lidar com a flexibilidade criando múltiplos arranjos contributivos rígidos, que as pessoas desconhecem ou têm dificuldade de entender”, diz. O resultado é um fosso entre trabalhadores formais que podem se beneficiar do INSS em caso de demissão ou sinistros como doença ou invalidez, por exemplo, e os mais vulneráveis beneficiários do sistema de proteção social básica, como Bolsa Família e o BPC. Com a perspectiva de o mundo do trabalho se tornar ainda mais fragmentado e complexo, Botelho defende a migração para um modelo que permita acomodar diferentes vínculos de trabalho. “Uma flexibilização do ponto de vista normativo, para oferecer a devida cidadania e proteção aos trabalhadores sem vínculos legais de emprego, e que ao mesmo tempo acomodem essa complexidade de arranjos trabalhistas que temos.”

A segunda dificuldade que o Estado brasileiro precisará superar é a de alinhar os programas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra às necessidades do mercado de trabalho. “O legado ruim de programas passados deixou a impressão de que essa é uma agenda fadada ao fracasso, e não precisa ser assim”, diz o pesquisador. No caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011, as metas ousadas de atendimento foram pouco efetivas, lembra Botelho, por pecarem em dois aspectos: a desvinculação entre o curso ofertado e a necessidade local, e entre a habilidade das pessoas e os cursos oferecidos. Botelho defende que parte desse caminho já estava sendo corrigido, citando como exemplo o programa Supertec, plataforma criada em 2017 em que as empresas cadastram sua demanda por capacitação – que pode estar relacionada à reposição de mão de obra, requalificação de quadros ou mesmo para qualificar trabalhadores de uma comunidade ou rede de fornecedores. Em novembro de 2019, o governo Bolsonaro lançou a Estratégia Nacional de Qualificação, com alguns princípios similares. Entre outras características, essa política conta com um sistema de *vouchers* que as empresas usam para treinar seus empregados e novos contratados, conforme sua demanda, colaborando na orientação da oferta de cursos.

Botelho reconhece que uma das dificuldades de fazer novos progra-

mas decolarem em termos quantitativos é a restrição orçamentária. Fruto não só do histórico negativo, mas pela característica do padrão de políticas para o mercado de trabalho brasileiro, muito mais passivo que ativo. Ou seja, de recursos mais concentrados em benefícios – como uma sobreposição de auxílios na perda do emprego formal, com a liberação do FGTS e o direito ao seguro-desemprego – do que em serviços de qualificação e recolocação. “Uma mudança nessa composição seria particularmente relevante para a população de mais baixa renda. O Brasil tem uma das mais altas taxas de rotatividade no mercado formal de trabalho do mundo, e essa rotatividade é concentrada nos trabalhadores que recebem menos de dois salários mínimos”, diz Botelho.

Para pensar em políticas de capacitação mais abrangentes, Botelho considera importante uma aliança tripartite entre os ministérios da Cidadania, Educação e Economia para melhor medir habilidades e orientar a qualificação. “Apesar da quantidade de informações providas pelo Cadastro Único, não há dados sobre as habilidades dessas pessoas, tal como as que se encontram em avaliações como o Enem, por exemplo, que por sua vez podem se somar ao histórico de trabalho registrado no Ministério da Economia”, descreve. “Com a junção de dados dessas três áreas, pode-se traçar o mapa de potencial para sair da pobreza.” (S.M.)